



Índice

- 01** [Após reunião com índios, governo reforça segurança em Belo Monte para evitar mais ocupações](#)
- 02** [Planalto espera protestos de índios contra Gleisi](#)
- 03** [Índios usam mídias sociais para fortalecer voz própria](#)
- 04** [Índios protestam no RS e são recebidos por Tarso Genro](#)
- 05** [Aloysio Nunes: questão indígena está descontrolada](#)
- 06** [Participação das populações indígenas em hidroelétricas](#)
- 07** [Futura sigla de Marina pede firmeza na questão indígena](#)
- 08** [Força Nacional será enviada para evitar novos conflitos indígenas](#)
- 09** [Terena entram em mais duas e agora já são 10 propriedades ocupadas em Sidrolândia](#)
- 10** [Procuradores da República criticam falta de vontade política para solucionar conflito indígena](#)
- 11** [Conflito em MS gera revolta em cadeia e questão indígena desafia governo Dilma](#)
- 12** [Os potenciais problemas dos índios que não vivem na Amazônia](#)

Após reunião com índios, governo reforça segurança em Belo Monte para evitar mais ocupações

SÍTIO BOL, 04.06.2013

O ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, afirmou na noite desta terça-feira (4) que a segurança no canteiro de obras da usina hidrelétrica de Belo Monte será reforçada para evitar novas ocupações de índios. Após terminar em impasse a reunião com os índios que ocuparam o local, Carvalho reiterou que as obras vão continuar. Os indígenas, por sua vez, não descartam novas invasões.

"Hoje pela manhã tomamos providências junto à Força Nacional para que haja de fato um reforço na segurança para que os operários possam trabalhar e que os protestos sejam feitos de maneira democrática, mas não a tentar inviabilizar um empreendimento que é importantíssimo para a questão energética do país", disse Carvalho.



4.jun.2013 - Cento e quarenta indígenas mundurucus se reúnem com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, e representantes de outros órgãos do governo para discutir a suspensão de empreendimentos energéticos na Amazônia e outras reivindicações indígenas

O ministro argumentou que a obra é legal, senão teria sido parada pela Justiça e que cada dia de paralisação representa "prejuízo enorme".

"A obra não pode parar. Cada dia de paralisação de Belo Monte é um prejuízo enorme a toda a nação. Nós deixamos claro para eles que aceitamos toda forma de protesto, toda forma de divergência, agora não poderemos mais aceitar ocupações lá naquele canteiro."

Carvalho se reuniu nesta tarde por mais de três horas e meia com 140 índios que haviam invadido o canteiro de obras, mas o encontro terminou em impasse.

Os índios ficaram de analisar proposta do governo de, em 20 dias, apresentar soluções para reivindicações deles por políticas sociais.

Eles pedem a suspensão das obras de hidrelétricas na Amazônia sob o argumento de que não houve consulta prévia aos povos indígenas, conforme regulamentado na Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

"Nós os trouxemos aqui para um diálogo, ouvimos longamente as críticas deles, mas fomos absolutamente claros com eles dizendo que o governo não vai abrir mão dos seus projetos. Agora, o governo fará as correções necessárias pra fazê-lo de forma adequada, de modo a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 095 / 2013

Brasília, 05 de junho de 2013.

respeitar os direitos indígenas", disse Carvalho.

A reunião fazia parte de um acordo para que eles deixassem o local depois de nove dias de ocupação. Os indígenas, que pertencem a seis etnias do Pará e do Mato Grosso, saíram do acampamento hoje para ir a Brasília, mas as obras, interrompidas por razões de segurança, já haviam sido retomadas no sábado. O governo enviou dois aviões da FAB para buscá-los. Eles ficarão em Brasília até amanhã. Anteriormente, os índios já haviam causado a paralisação da construção da usina por oito dias.



Boletim de Notícias - Edição nº 095 / 2013

Brasília, 05 de junho de 2013.

Planalto espera protestos de índios contra Gleisi

SÍTIO COLUNISTAS.IG, 04.06.2013

O governo já foi avisado de que cerca de 200 índios devem se concentrar em frente ao Palácio do Planalto na parte da tarde desta terça-feira.

Os índios estão furiosos com a decisão comunicada pela ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, de que, além da Fundação Nacional do Índio (Funai), o governo pretende também considerar pareceres das pastas de Desenvolvimento Agrário e da Agricultura nos processos de demarcação de terras.

Essa decisão faz parte da estratégia do governo de concluir o zoneamento agrícola do país.

A Secretaria-Geral da Presidência da República já foi orientada a agir para apaziguar os ânimos.

Índios usam mídias sociais para fortalecer voz própria

SÍTIO UOL, 04.06.2013



Povos querem se distanciar de visões preconceituosas ou imparciais sobre os índios propagadas por veículos jornalísticos

Quando, na última quinta-feira (30), o índio terena Gabriel Oziel morreu baleado em confronto numa ação de reintegração de posse em Sidrolândia, em Mato Grosso do Sul, poucos minutos bastaram para que uma batalha se organizasse em outro front.

Índios que presenciaram a morte logo publicaram vídeos e fotos de Oziel no Facebook, acusando a Polícia Federal (PF) pelo ocorrido.

O conteúdo da página Resistência do Povo Terena se espalhou rapidamente por uma extensa rede virtual composta por índios de outras etnias e apoiadores. Horas depois, quando o assunto já era divulgado até no exterior, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, veio a público dizer que a corregedoria da PF investigaria o caso.

A repercussão à morte de Oziel, ocorrida em meio a uma escalada de conflitos que envolvem indígenas brasileiros, expõe como muitos desses povos têm cada vez mais se valido de redes sociais para se articular e divulgar suas bandeiras.

A postura, dizem os grupos, também visa contestar visões preconceituosas ou imparciais sobre os índios propagadas por veículos jornalísticos. Quem representa os índios?

O advogado terena Luiz Henrique Eloy, 24, diz que jornais e TVs que cobrem conflitos agrários em Mato Grosso do Sul costumam se posicionar contra os índios.

"Quando nos ouvem, colocam apenas a parte que (lhes) interessa", ele afirma à BBC Brasil.

CONT.



Eloy diz ainda que muitos jornalistas, em vez de divulgar as opiniões dos índios sobre temas que lhes dizem respeito, costumam tratar a Funai (Fundação Nacional do Índio, órgão subordinado ao Ministério da Justiça), ONGs e o Cimi (Conselho Indigenista Missionário, ligado à Igreja Católica) como representantes legítimos dos indígenas.

Em alguns casos, afirma ele, os veículos vão além e endossam posição frequentemente emitida por fazendeiros, políticos ruralistas e alguns setores do governo: a de que essas organizações manipulam os índios, incitando-os a invadir terras e a acirrar os conflitos.

"É o contrário: muitas vezes a Funai e o Cimi são expulsos de nossas reuniões porque tentam impedir ações, desencorajar retomadas de terras", diz à BBC Brasil o antropólogo guarani-kaiowá Tonico Benites, de 41 anos.

"A iniciativa é sempre do povo, das lideranças. Afinal, quem vai para a guerra, quem vai receber bala são eles".

Redes e ensino

Benites, doutorando em antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Eloy, recém-formado em direito por uma faculdade privada de Campo Grande, integram um grupo cada vez maior de índios sul-matogrossenses que têm chegado ao ensino superior e, com isso, ampliado a ressonância das demandas de seus povos.

Segundo Eloy, há hoje cerca de 800 indígenas em cursos de graduação, mestrado e doutorado em universidades de Mato Grosso do Sul. "Temos terena que são doutores em história e agronomia nas nossas retomadas", exemplifica.

Ao entrar na universidade, afirma ele, boa parte desses índios passa a ter acesso frequente à internet e a estender a militância às redes sociais. De volta às aldeias ou a áreas em conflito, usam celulares para postar na internet informações em tempo real. Foi o que ocorreu quando Gabriel Oziel foi alvejado na fazenda Buriti, enquanto a polícia cumpria uma ação de reintegração de posse.

A área, reivindicada pelo ex-deputado estadual Ricardo Bacha (PSDB), foi declarada terra indígena terena em 2010. Em 2012, porém, o Tribunal Regional Federal (TRF) aceitou recurso de Bacha para garantir seu domínio da área, possibilitando a ação policial. Na segunda-feira, uma decisão judicial que dava 48 horas para os índios deixarem a área foi suspensa.

Tonico Benites, que administra no Facebook a página Aty Guasu - nome da tradicional assembleia guarani de Mato Grosso do Sul -, diz que a militância virtual fez com que muitos brasileiros que não sabiam dos conflitos agrários no Estado se posicionassem em favor dos indígenas.

A causa ganhou grande projeção no fim de 2012, quando índios guarani-kaiowá da tekoha (termo em guarani para terra de ocupação tradicional) Pyelito Kue divulgaram um manifesto em que se diziam dispostos a morrer caso tivessem de deixar o local. Milhares de usuários do Facebook então se solidarizaram aos indígenas, adicionando guarani kaiowá a seus nomes.

CONT.



O manifesto revelou as precárias condições enfrentadas por indígenas em Estados do centro e do Sul do país. Segundo a Funai, embora metade dos índios brasileiros habite essas regiões, apenas 2% das terras indígenas nacionais encontram-se nessas áreas - as 98% restantes estão na Amazônia Legal.

Como a Terra Indígena Buriti, outros milhares de hectares de terras no centro-sul do país estão, há décadas, em processo de demarcação. Parte dos territórios estão à espera de homologação (última etapa do rito burocrático); outros, paralisados por processos judiciais movidos por fazendeiros.

Demarcações

Com forte influência sobre a bancada ruralista no Congresso, a Confederação Nacional de Agricultura (CNA) pressiona pela suspensão de todas as demarcações no país. A suspensão, diz a organização, deve durar até que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue os embargos declaratórios (pedidos de esclarecimento) sobre a decisão da corte referente à demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Na decisão, de 2009, o STF definiu uma série de condições à demarcação, como a proibição de que reservas já homologadas sejam ampliadas. Os ruralistas querem que as condições se estendam a todas as outras demarcações, mas não há consenso entre os membros do STF quanto ao tema. A matéria não tem prazo para ser analisada.

Presidente da CNA, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) tem dito que as terras indígenas, que abrigam cerca de 600 mil índios (menos de 1% da população brasileira), somam 12,6% do território nacional. "Terra, portanto, não lhes falta", ela afirmou, em artigo recente.

Nas últimas semanas, o grupo obteve uma vitória quando a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, anunciou que o governo mudaria os procedimentos de demarcação, reduzindo os poderes da Funai. Segundo Gleisi, a fundação, que hoje lidera o processo demarcatório, conduzindo-o com base em estudos antropológicos, passará a dividir a atribuição com os ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário.

Num sinal da falta do prestígio da Funai no governo Dilma, a presidente do órgão, Marta Azevedo, não foi convidada para uma reunião que Dilma convocou na última semana para discutir problemas envolvendo indígenas. O encontro contou até com o presidente da Embrapa, estatal de pesquisa agropecuária.

Em outros Estados, indígenas também têm intensificado protestos. Há duas semanas, índios gavião bloqueiam duas rodovias no sudeste do Pará em manifestação contra os serviços de saúde na região. Nesta segunda, índios kaingang ocuparam um escritório do PT em Curitiba e fecharam estradas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

As ações respondem a um pedido da ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para que o Ministério da Justiça paralise as demarcações de terra em seu Estado natal, o Paraná, a cujo governo ela deverá concorrer em 2014.

Belo Monte

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 095 / 2013

Brasília, 05 de junho de 2013.

Desde a semana passada, índios munduruku ocupam o canteiro de Belo Monte e exigem dialogar com o Palácio do Planalto. Habitantes de aldeias à margem do Tapajós, a cerca de 800 km da usina, eles dizem que não foram consultados pelo governo federal sobre planos de construir hidrelétricas naquele rio.

O movimento também tem forte atuação no Facebook, por meio da página Campanha Munduruku.

Após tensa negociação, os índios tiveram seu pleito atendido e viajarão a Brasília para uma reunião na quarta-feira. Não será dessa vez, porém, que Dilma deverá recebê-los. O encontro foi agendado pela Secretaria Geral da Presidência, que deverá ter como principal representante o ministro-chefe da pasta, Gilberto Carvalho.

Desde que tomou posse, em 2011, a presidente não se reuniu nenhuma vez com indígenas.



Índios protestam no RS e são recebidos por Tarso Genro

SÍTIO HOJE EM DIA, 04.06.2013

Pelo segundo dia consecutivo índios do Rio Grande do Sul protestaram contra a suspensão dos processos de reconhecimento e demarcação de suas terras pelo governo federal, nesta terça-feira. Em Porto Alegre, cerca de 50 manifestantes dos grupos caingangue e guarani, apoiados por quilombolas, bloquearam a rua Duque de Caxias, diante do Palácio Piratini, até serem recebidos pelo governador Tarso Genro (PT). Em Mato Castelhano, no norte do Estado, dezenas de caingangues bloquearam a BR-285 durante a maior parte do dia. Na região há dez terras indígenas demarcadas e oito em estudo ou declaradas.

Os índios contestam a suspensão dos processos de demarcação de terras pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para consultas a outros órgãos da administração federal, como o Ministério da Agricultura, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Embrapa. Embora reconheçam que o assunto é da esfera federal, pediram o apoio de Tarso à causa que defendem.

O governo gaúcho, que pediu ao governo federal a suspensão temporária das demarcações, vem falando em solução negociada. Tarso prometeu enviar um representante a uma reunião que os índios terão com integrantes da Casa Civil da presidência da República no dia 11 de junho. Também lembrou que uma norma estadual prevê indenização das benfeitorias aos agricultores que tiverem de deixar áreas indígenas, algo que os produtores rurais temiam não levar em caso de despejo. "O processo demarcatório mais fácil de ser feito, e menos demorado, é uma demarcação pacífica, negociada com os agricultores, vendo soluções para cada região, ponto a ponto, de modo que os dois direitos sejam preservados", afirmou.



Aloysio Nunes: questão indígena está descontrolada

SÍTIO SENADO FEDERAL, 04.06.2013

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirmou, nesta terça-feira (4), que a questão indígena escapou do controle da Justiça e dos órgãos governamentais. Ele expressou preocupação com as recentes notícias veiculadas na mídia sobre os conflitos entre indígenas e produtores rurais no Mato Grosso do Sul. Segundo Aloysio Nunes, os episódios revelam ocupações irregulares, desrespeito a ordem judicial e intervenção desastrada da polícia.

- Vejo com enorme preocupação a possibilidade já concreta do alastramento de conflitos, o aumento das tensões no campo, o desrespeito a direitos, não apenas daqueles que são legítimos proprietários de suas terras, mas também das comunidades indígenas - destacou.

Aloysio Nunes questionou se a Fundação Nacional do Índio (Funai) não estaria ultrapassando sua atribuição de tutela dos indígenas para assumir um papel de suporte de um "movimento geral de contestação à ordem jurídica".

O senador ainda pediu sensatez e realismo dos órgãos que estarão envolvido no processo de demarcação das terras indígenas e adiantou que apresentará requerimento na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) solicitando uma audiência pública sobre o tema.

- Teremos que levar essa questão aos órgãos competentes do Senado - ponderou.

A senadora Ana Amélia(PP-RS), também favorável ao debate no Senado, observou que o clima de intranquilidade entre produtores e indígenas não é bom para o país.



Participação das populações indígenas em hidroelétricas

SÍTIO PORTAL PHC, 05.06.2013

Respeitar direitos dos indígenas quanto à sua participação nos estudos e nos resultados dos aproveitamentos hidroelétricos. Eis a única e verdadeira solução.

Ivo Pugnaroni



O flagrante, impune e continuado desrespeito à Constituição e a um Tratado Internacional firmado pelo Brasil vem provocando conflitos não só artificiais como desnecessários em torno da indiscutível necessidade de participação dos indígenas nos estudos e nos resultados dos empreendimentos hidroelétricos. E desta forma, fazendo o Brasil depender cada vez mais de termoeletricas, para satisfação não só de seus proprietários mas principalmente dos concorrentes de nossa indústria e da nossa agricultura no comércio internacional, que

ganharão nossos mercados com a alta de nossas tarifas de energia.

Nos Estados Unidos e no Canadá, as populações indígenas são donas de supermercados, hotéis e sócios de hidroelétricas construídas inteiramente dentro de suas terras.

No Brasil, o cadáver de Ozael Terena aguarda nova perícia para saber de onde partiu a bala que o matou. E os movimentos indígenas, em solidariedade aos ocupantes de uma fazenda em Mato Grosso do Sul, desalojados pela Polícia Federal, onde morreu Ozael, ocuparam novamente o canteiro de obras de Belo Monte, à espera de uma reunião com o ministro Gilberto Carvalho.

Os indígenas já avisaram: não querem bolsa-família, ou qualquer lista de reivindicações mas apenas o cumprimento da Lei, com aplicação do parágrafo 3º do artigo 231 da Constituição Federal e do decreto 5051/04 que determina que o Poder Executivo promova a oitiva das populações indígenas previamente aos projetos de hidroelétricas, bem como as indenize por prejuízos ao seu patrimônio e que estas participem do resultado econômico desses empreendimentos.

Por tudo isso, mais do que nunca, está "na moda" falar mal de hidroelétricas. Não importa seu tamanho, se grandes ou pequenas. Não importa o lugar onde estejam, se nos estreitos vales do rico interior de Santa Catarina ou nas quase planas terras do Xingu.

CONT.



Não importa se a energia produzida pelas termoeletricas, - que estão sendo usadas nesse momento "a todo vapor" para suprir a falta de novas hidroelétricas - , custará em média oito vezes mais caro, nos reajustes das tarifas em 2014 a todos os consumidores brasileiros, dos residenciais aos industriais.

Não importa, que no mesmo Brasil que tem dificuldades para continuar fazer crescendo seu PIB além dos 2,0% ao ano e gerando os empregos necessários, a energia elétrica custe três vezes mais caro do que nos Estados Unidos e na China, nossos principais concorrentes no comércio mundial.

Não importa que cada vez mais, o custo da energia seja um componente importante nos custos de produção, contribuindo para o aumento da inflação, para a perda de competitividade de nossa indústria inclusive dentro do mercado interno.

Não importa que em único ano, a despesa de 2,8 bilhões por mês com as termoeletricas, que será queimada, virando fumaça e gases de efeito estufa SERIA SUFICIENTE PARA CONSTRUIR OUTRA USINA DE BELO MONTE ou ainda nada menos do que 6720 MW, quase meia Itaipu, de pequenas centrais hidroelétricas.

E finalmente, não importa se com as termoeletricas as emissões de milhões de toneladas de gases de efeito estufa, particulados de carvão e enxofre tenha triplicado nos últimos cinco anos.

Não importa nada disso, pois está na moda falar mal de hidroelétricas. E pronto. E de quem é a culpa disso? Dos índios e das ONGs que os apoiam frente à incapacidade do governo em oferecer apoio efetivo e não tutela perpétua?

Ou a culpa será das próprias hidroelétricas, das turbinas e dos geradores? Ou da Presidenta Dilma?

Esse texto é escrito nesse momento por que passou da hora de refletirmos com seriedade e cuidado sobre essa importante questão que já está adquirindo importância enorme para o progresso e a paz de nosso país.

Com ele ficam claras as formas pelas quais o flagrante, impune e continuado desrespeito à Constituição e a um Tratado Internacional firmado pelo Brasil, vem provocando conflitos artificiais e desnecessários em torno de um assunto indiscutível, que é a necessidade de participação dos indígenas nos estudos e resultados dos empreendimentos hidroelétricos. E fazendo assim, com esses conflitos, nosso país depender cada vez mais de termoeletricas.

Tudo isso para satisfação e maior lucro dos seus proprietários e dos nossos concorrentes no comércio internacional.

O óbvio patrocínio estrangeiro não muda o fato de que o conteúdo dos depoimentos contra as hidroelétricas reflete a realidade. Esse apoio só mostra o quanto inábeis temos sido os brasileiros ao tratar dessa questão.

CONT.



Rostinhos bonitos e figuras de galãs de novela, com depoimentos de artistas globais nacionais e estrangeiros estão quase todos os dias na TV ou na internet com novos vídeos, documentos e depoimentos “contra as hidroelétricas”.

Essas campanhas podem até estar sendo feitas de forma altruísta benéfica a uma maior consciência ecológica e preocupação com a qualidade de vida dos indígenas e da população ribeirinha dos grandes rios Amazônicos.

Mas seu conteúdo precisa ser analisado com cuidado, para evitar a manipulação da opinião pública com finalidades que não ficam muito claras, por exemplo, quando se procura saber a origem do dinheiro para a promoção de tais peças publicitárias.

Graças à internet, no “site” www.activistcash.com verifica-se que recursos estrangeiros são repassados para estas campanhas por agências governamentais estrangeiras, de forma direta ou através de universidades e fundações culturais.

Mas isso não muda o fato de que, depois de expulsas de suas terras originais para os vales dos rios, antes desprezados como terra pelos invasores, as populações indígenas se veem acossadas pela busca de potenciais hidráulicos que agora são importantes e encontram-se exatamente, nas amplas áreas que lhes foram destinadas nessas regiões.

Portanto, o patrocínio de fora do Brasil não muda o fato de que as reclamações dos indígenas são justas e deveriam ser levadas em conta, segundo a legislação recentemente criada para isso. Particularmente, segundo os decretos presidenciais 5051/04 e 7778/12.

Se os indígenas precisam de apoio de ONGs estrangeiras e até de agências governamentais do exterior é porque não encontram apoio dos agentes públicos e que estes não estão merecendo sua confiança.

Alguns dos depoimentos são sobre barbaridades cometidas pelos governos da época da ditadura e outros mais recentes. E quase todos parecem ser absolutamente verdadeiros.

Os brasiguaios, cerca de 50 mil brasileiros que foram expulsos para a construção de Itaipu, são uma prova viva das atrocidades e injustiças cometidas naquele período, não só contra povos indígenas, mas contra qualquer um que não concordasse com os termos da sua desapropriação.

Outros destes relatos, porém tratam de casos concretos atuais, ocorridos na construção das hidroelétricas de Belo Monte, Santo Antonio e Jirau.

Neles se percebe claramente que alguns órgãos dos governos estaduais e federal deixaram de obedecer ao parágrafo 3º do artigo 231 da Constituição e aos Decretos 5051/2004, baixado pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva e 7.778/2012, da presidenta Dilma Vana Rousseff.

Ainda pouco conhecidos pela população, estes dispositivos constitucionais asseguram o direito
CONT.



das populações indígenas a serem ouvidas antes do início dos projetos básicos de hidroelétricas, de forma livre, plena e informada.

O decreto 5051/04 vai além e garante o direito das populações indígenas de participarem dos resultados econômicos destes empreendimentos e a terem indenizados os prejuízos que forem causados por eles ao seu patrimônio.

E nisso reside a principal queixa hoje da população indígena: eles não teriam sido ouvidos previamente, pelo menos não de forma democrática, abrangente, calcada nos princípios da boa-fé e do consenso.

Imagino que o leitor esteja curioso em saber como tem respondido os representantes do governo a essa queixa dos indígenas, durante todos esses últimos anos, desde 2004.

Foi mais ou menos assim:

“O Tratado Internacional aprovado pelo Decreto Legislativo 143/02 e pelo decreto presidencial 5051/04 não se aplica ao caso de vocês, indígenas brasileiros, porque ele precisa ser regulamentado por uma Lei que estamos preparando e que vai levar mais uns dois anos, só para ficar pronta. E Deus sabe quantos anos depois, para ser aprovada pelo Congresso.”

Respondeu-se aos indígenas com um sofisma, um procedimento não escrito, cada vez mais comum em nossos tempos de ainda frágil democracia, conhecido em Brasília como a “Lei da Desobediência Devida”.

Uma vez que Leis não escritas são altamente importantes, uma vez que são cumpridas apesar de não existirem formalmente, nem terem sido assinadas por nenhum mandatário com poder político para fazê-lo, pedimos licença para tratar, em outro artigo, desta importante “Lei”.

Por enquanto é preciso analisar melhor essa estranha cooperação de silêncio, entre os que não obedecendo à lei dos direitos indígenas sobre as hidroelétricas causam conflitos que paralisam obras e os planejadores que nada propõe nem planejam para mudar essa situação a não ser dizer: “A situação é essa e não podemos fazer nada. Os índios não deixam que construamos hidroelétricas, então consumamos mais combustível fóssil, construamos mais termoeletricas”.

Como se na qualidade de planejadores, não tivessem nada a ver com as tarifas, com a competitividade da indústria, com o desenvolvimento do Brasil e das comunidades indígenas, com a geração de empregos, com o crescimento do PIB, com o futuro do país, mas só com a manutenção de seus vistosos cargos.

Como se, no caso do carvão, do gás e do petróleo esses mesmos planejadores não se desdobrassem e se esforçassem ao máximo para compreender os problemas destes setores e procurar resolvê-los.

Por um Pacto de Convivência, Paz e Progresso com as populações indígenas.

CONT.



Já no início de seu governo, o Presidente Lula fez sua primeira viagem à África.

E lá formulou um pedido de desculpas aos países africanos, pelo fato de nossos antigos governantes terem de lá arrancado à força a energia humana na forma de escravos.

Hoje, está na hora de fazermos um novo pacto com os povos que nossos governos passados não só também escravizaram, mas cujas terras ocuparam à força e a poder de fogo para acumular escravos, poder e riqueza.

A Presidenta Dilma, como o Presidente Lula é uma pessoa corajosa e sabe que não está onde está por acaso, nem por apenas, suas grandes e conhecidas qualidades.

Ela sabe que está na hora de fazer algo concreto em direção dos povos indígenas e determinar que de uma vez por todas, os agentes públicos cumpram sem discutir a Constituição, o Decreto Legislativo 143/02 e os Decretos 5051/04 e 7778/12.

Isso precisa ser promovido com urgência para que brancos e índios possam aproveitar em paz os benefícios da energia hidroelétrica.

E não, continuarem se defrontando com prejuízos a todos. Menos, é claro, aos que querem nosso país empobrecido, dividido e dependente, como a até bem pouco tempo atrás.

Mais do que um pedido formal de desculpas, mais do que perdoar as dívidas, como fez com os países africanos, a Presidenta Dilma precisa propor um novo pacto com as civilizações autóctones.

Esse pacto deve tratar primeiro da questão das hidroelétricas e da mineração onde os conflitos estão mais evidentes. Mas imediatamente devem ser tratadas e resolvidas de forma definitiva outras questões igualmente importantes como a saúde, a educação, o respeito à cultura, o desenvolvimento humano, a geração de renda, a constituição de sociedades e empresas indígenas, a supressão da odiosa tutela e sobre os modos de produção de uma e de outra cultura. Tudo isso, já foi tratado em nossa Constituição e assegurado a todos os outros brasileiros...

Seria um ato concreto de amizade eterna, um compromisso pelo futuro, um gesto de perdão e de retribuição, de generosa solidariedade.

Nossos antepassados não esperaram licença dos indígenas quando aqui chegaram. Sem licença de ninguém, eles a tudo invadiram, predaram e cultivaram, como se não existissem moradores e proprietários aqui.

Agora a situação mudou. E nós, seus descendentes, e os outros que como o pai da presidenta Dilma vieram de outros países da velha Europa e de outros continentes, desta vez precisamos pedir licença sim para construir usinas que produzam energia elétrica para todos e não mais energia humana dos escravos, dos submissos e dos derrotados.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 095 / 2013

Brasília, 05 de junho de 2013.

Agora, juntos vamos produzir a energia natural e renovável das águas quando correm de volta para o mar. E isso em nada nos diminuirá, nem ao poder do estado, nem à Presidenta Dilma, nem aos seus subordinados que cumprem as Leis.

Muito pelo contrário, seu exemplo e sua atitude serão lembrados sempre, como aquele ato que selou o perdão e um pacto pelo futuro e pela solidariedade entre importantes segmentos étnicos da sociedade brasileira.



Futura sigla de Marina pede firmeza na questão indígena

SÍTIO TRIBUNASITE, 04.06.2013

Nota divulgada nesta terça-feira, 4, pela assessoria de imprensa do futuro partido da ex-senadora Marina Silva, a Rede Sustentabilidade, cobra do Palácio do Planalto uma "atitude firme" diante da "pressão dos ruralistas" na questão da demarcação de terras indígenas no País.

O assunto se transformou em foco de discussão no governo após a morte do índio terena Oziel Gabriel, de 35 anos, no Mato Grosso do Sul, após um confronto entre policiais e indígenas durante o cumprimento de decisão judicial obrigando a reintegração de posse de uma fazenda invadida.

Além de lamentar a morte do índio terena, a Rede pede uma investigação rigorosa do assassinato e diz que o caso "dá sequência a séculos de genocídios contra as populações indígenas".

"A #rede lamenta que vidas estejam sendo perdidas por causa da inabilidade das autoridades em implementar uma política que reconheça os direitos dos povos indígenas sobre as terras tradicionalmente ocupadas, como determina a Constituição Federal", criticam os "marinheiros".

O texto lembra que o processo de demarcação está congelado há anos e, com isso, os conflitos se estendem pelo País. Na visão da futura sigla, que ainda está em fase de coleta de assinaturas para formalizar a criação do partido junto à Justiça Eleitoral, o problema é agravado pela iniciativa do governo de levar a demarcação das áreas a órgãos como a Embrapa e o Ministério das Cidades.

"A homologação das terras é um direito originário garantido pela Constituição e não objeto de disputa por quem tem mais poder de influenciar as decisões na esfera pública, como vem acontecendo. E o congelamento no ordenamento territorial não ocorre somente na política indigenista.

Estão submetidos à mesma lógica do mais forte os processos de implantação de assentamentos rurais, titulação de terras quilombolas e criação de unidades de conservação", afirma a nota.



Força Nacional será enviada para evitar novos conflitos indígenas

SÍTIO VERDES MARES, 04.06.2013

Nesta terça-feira, um índio foi baleado nas costas após confronto

O ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) afirmou nesta terça-feira (04) que não tomará "medidas radicais", mas enviará a Força Nacional ao Mato Grosso do Sul, onde um índio terena foi morto na semana passada durante reintegração de posse da fazenda Buriti, em Sidrolândia, a 72 km de Campo Grande. Nesta terça, em novo confronto na região, um indígena foi baleado nas costas após invasão de área da fazenda São Sebastião, na mesma região.

"É muito importante que nessa hora se busque colocar a mensagem que o radicalismo não resolverá o problema", disse Cardozo. "Não é com radicalismo, de lado a lado, tentando apagar uma fogueira com álcool que nós vamos resolver uma situação que infelizmente se acumula na história brasileira", completou.

A Justiça deu prazo até a próxima quarta-feira (05), às 9h, para que os índios deixem a área da fazenda Buriti, invadida novamente na última sexta-feira (31) após o confronto com policiais. O governo está dividido entre pagar multa milionária e a retirada dos índios.

Segundo a AGU (Advocacia-Geral da União), a decisão judicial afirma que o governo será obrigado a pagar R\$ 1 milhão ao dia em multa caso não desocupar a terra. A Funai no Estado também terá que pagar R\$ 28 mil. A AGU ingressará com recurso até esta quarta de manhã pedindo mais prazo à Justiça para garantir "uma desocupação pacífica".

Cardozo, afirma que o ministério está "trabalhando em um conjunto de normas que visam aperfeiçoar o processo de demarcação, e não enfraquecer a Funai ou fazer concessões a quem quer que seja".



Terena entram em mais duas e agora já são 10 propriedades ocupadas em Sidrolândia
SÍTIO REGIÃO NEWS, 04.06.2013

A terra indígena Buriti foi reconhecida em 2010 pelo Ministério da Justiça como de posse permanente dos índios da etnia terena

Um grupo de índios da reserva Buriti retomou mais duas fazendas em Sidrolândia. As propriedades ocupadas desde a manhã de hoje são a São José e Lindóia que somam 1.600 hectares. Com estas ocupações agora são 10 às propriedades no município sob controle dos terenas que consideram estas áreas como parte dos 17 mil hectares reivindicados pela comunidade como terra indígena.

Uma das propriedades, a São José, seria do filho de Ricardo Bacha, dono da Fazenda Buriti, onde na última quarta-feira morreu o terena Oziel Gabriel no confronto com policiais durante a reintegração de posse.

As lideranças indígenas prometem retomar todas as propriedades que estão no perímetro de 17 mil hectares como parte da estratégia para cobrar do Governo Federal medidas para pôr fim ao impasse que se arrasta há mais de 10 anos. Em Sidrolândia já foram retomadas as fazendas 3 R, Querência, São José, Buriti, Cambará, Santa Helena, Bom Jesus, Lindoia, Santo Antônio, Furnas Estrela e Santa Clara.

A terra indígena Buriti foi reconhecida em 2010 pelo Ministério da Justiça como de posse permanente dos índios da etnia terena. A área de 17,2 mil hectares foi delimitada, e a portaria foi publicada no Diário Oficial da União. Mas até hoje a Presidência da República não fez a homologação. O relatório de identificação da área foi aprovado em 2001 pela presidência da Funai, mas decisões judiciais suspendem o curso do procedimento demarcatório.

Em 2004, a Justiça Federal declarou que as terras pertenciam aos produtores rurais. A Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério Público Federal recorreram. Em 2006, o Tribunal Regional Federal modificou a primeira decisão e declarou a área como de ocupação tradicional indígena. Produtores rurais entraram com recurso e conseguiram decisão favorável em junho de 2012. Os 17 mil hectares estão localizados em Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti.

Procuradores da República criticam falta de vontade política para solucionar conflito indígena

SÍTIO PORTAL EBC, 04.06.2013



Índios da etnia munduruku chegam à capital federal para reunião com representantes do governo (Antonio Cruz / Abr)

Brasília – Procuradores da República em Mato Grosso do Sul e no Pará se manifestaram hoje (4) sobre os conflitos decorrentes da disputa por terras entre índios e produtores rurais. Por meio de notas divulgadas nos sites das procuradorias nos dois estados, eles dizem que a questão da demarcação de terras indígenas é um problema cuja solução depende, principalmente, de vontade política.

Para o procurador da República em Mato Grosso do Sul, Emerson Kalif Siqueira, falta vontade do para solucionar a questão indígena.

“A omissão da União em enfrentar a temática só tem agravado a tensão no campo”, diz Kalif que destaca também o despreparo da polícia para lidar com os conflitos fundiários. Segundo ele, isso ficou mais uma vez patente com a morte do índio terena Osiel Gabriel durante a ação policial de reintegração de posse de uma fazenda de Sidrolândia, na última quinta-feira (30).

“Os conflitos fundiários em Mato Grosso do Sul são históricos e resultam de uma série de ações e omissões do Estado brasileiro. Para se entender a tensão do campo, é preciso antes analisar a história de ocupação do Estado, que resultou no esbulho de comunidades indígenas de seus territórios tradicionais e na concessão de títulos públicos a particulares”, acrescenta o procurador.

Os procuradores da República no Pará sustentam que o fato de grandes empreendimentos como a construção de usinas hidrelétricas serem feitos com base em decisões liminares contribuem para o acirramento do clima de tensão. Eles ressaltam que as comunidades indígenas afetadas pelos projetos de usinas hidrelétricas na região amazônica não foram previamente consultados, conforme determinam a Constituição Federal e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário.

“Por esse motivo, o governo brasileiro responde a três processos judiciais, movidos pelo Ministério Público Federal no Pará e em Mato Grosso”, diz a nota. “Nas ações, o MPF [Ministério Público Federal] defende o direito de consulta dos povos indígenas Arara, Juruna, Munduruku e também para os ribeirinhos dos rios Xingu, Tapajós e Teles Pires. Em todos os processos que move sobre a consulta, o MPF obteve vitórias em favor dos indígenas, mas o governo recorreu e toca os projetos com base em liminares e suspensões de segurança”, declara ainda MPF no Pará.

A divulgação das duas notas coincidiu com a reunião esta tarde, no Palácio do Planalto, em



Boletim de Notícias - Edição nº 095 / 2013

Brasília, 05 de junho de 2013.

Brasília, do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, e representantes de outros órgãos do governo com índios mundurukus. Eles ocuparam, durante uma semana, o principal canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Os deixaram a usina esta manhã, conforme acordo com o governo federal, que aceitou trazer os representantes indígenas à capital federal a fim de discutir as reivindicações do grupo. A principal reivindicação dos índios é a suspensão de todos os empreendimentos hidrelétricos na região amazônica até que o processo de consulta prévia aos povos tradicionais, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), seja regulamentado.

Edição: Aécio Amado



Conflito em MS gera revolta em cadeia e questão indígena desafia governo Dilma
SÍTIO FOLHA DO MS, 04.06.2013

Comunidades indígenas organizaram ontem novas invasões em fazendas em Mato Grosso do Sul, bloquearam rodovias no Rio Grande do Sul e invadiram a sede do PT em Curitiba. A reação em cadeia ocorre após a morte do índio terena Oziel Gabriel, de 35 anos, em Sidrolândia (MS), num conflito com a polícia durante ação de reintegração de posse numa fazenda na região. O governo quer dar respostas rápidas para a questão das demarcações por avaliar que os conflitos desgastam a imagem da presidente Dilma Rousseff entre movimentos sociais.

"Esse caso nos mostrou a necessidade de tratarmos a questão indígena como uma questão de Estado", afirmou ontem o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. O ministro anunciou ontem à noite que a Advocacia-Geral da União (AGU) pedirá que o Judiciário reconsidere o prazo de 48 horas fixado para a reintegração da terra na fazenda em que Oziel foi morto. Cardozo discutiu o assunto em reunião com o corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão, e o advogado-geral da União, Luís Adams.

Paralelamente a isso, lideranças indígenas serão convidadas a participar de uma reunião na quinta-feira com integrantes do governo.

Na avaliação do Palácio do Planalto, os conflitos com indígenas podem provocar uma reação semelhante ao Abril Vermelho - invasões em série do MST - e dariam munição aos opositoristas na campanha eleitoral para atingir a presidente.

Conforme antecipou o Estado em sua edição de domingo, Dilma determinou à Casa Civil que prepare um novo modelo de demarcações de terras indígenas no País até o final deste mês, tirando a exclusividade da Funai nas decisões. Tal solução, porém, pode acirrar ainda mais o diálogo com movimentos sociais e indigenistas.

A ideia é baixar um decreto ampliando o colegiado responsável por bater o martelo sobre as demarcações, incluindo nesse fórum, por exemplo, a Embrapa, o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. No diagnóstico do governo, a Funai não tem preparo técnico para decidir sozinha sobre as demarcações nem para administrar conflitos e conduzir negociações com fazendeiros.

A ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, afirmou ontem que o governo está disposto a ouvir todos os lados e procurou minimizar a ação de índios caingangues, que ontem invadiram o diretório do PT no Paraná. "Eles estão pedindo uma conversa com a Casa Civil e com o Ministério da Justiça e nós vamos marcar essa reunião", afirmou ao Estado.

Candidata do PT ao governo do Paraná, Gleisi foi acusada pelos caingangues de agir politicamente ao suspender as demarcações de terras indígenas na região. O Planalto, porém, alega que a Embrapa descobriu invasores paraguaios nas terras.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 095 / 2013

Brasília, 05 de junho de 2013.

O Cimi fez ontem duras críticas ao governo Dilma e anunciou o início da "Marcha dos Povos da Terra", protestos que vão durar quatro dias para dar "visibilidade" à questão fundiária no Brasil.

Mato Grosso do Sul tem 65 propriedades rurais ocupadas por indígenas. Duas delas foram invadidas ontem, mesmo após acordo formal entre lideranças indígenas, produtores rurais e Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para cessar as ocupações por 15 dias.

Liminar. Os índios que ocupam a Fazenda Buriti, onde Oziel foi morto, tinham sido notificados ontem da decisão da juíza federal Raquel Domingues do Amaral, dando prazo de 48 horas para que saíssem do local. Eles rasgaram a notificação ao recebê-la. Ontem à noite, no entanto, a Justiça Federal anulou a liminar da juíza, sob a justificativa de que a Funai e o Ministério Público Federal não foram consultados. A nova decisão estabeleceu prazo de 36 horas para que União, Funai e MPF se manifestem sobre o caso.



Os potenciais problemas dos índios que não vivem na Amazônia

SÍTIO ADVIVO, 04.06.2013

Por Jeremy Spoke

Comentário ao post "Gleisi é responsável por crise indígena, afirma carta aberta"

O Brasil tem uma das comunidades científicas de Antropologia mais respeitadas do mundo. Não faltam craques por aqui. Infelizmente, essa comunidade não tem sido muito eficaz na massificação do que produz.

A assunto do enorme território dedicado aos índios é assim: 13% do território nacional é, hoje, de terras indígenas. Só que esse dado diz muito pouco. Desses 13%, 98% estão na Amazônia Legal, que é a porção brasileira da Amazônia. Convenhamos, não é um território muito indicado para colocar massivamente o resto da população brasileira. Por isso é intelectualmente desonesta a choradeira de alguns por essa alocação de terras, em tudo perfeitamente harmônica com o previsto explicitamente em nossa Constituição (Art. 231).

Há, porém, o problema dos índios que estão fora da Amazônia. Boa parte dos índios do MS, por exemplo, não têm terras suficientes para implementar seu modo de vida. Grande parte dessas terras foi invadida ao longo do século XX, de diversas formas. Há etnias no MS com uma taxa de suicídios altíssima, indicando uma situação humanitária bastante intolerável. Por uma série de motivos ligados aos conflitos entre os ocupantes das terras e os índios, as demarcações de terras no MS estão emperradas.

A situação dos índios fora da Amazônia é um enorme foco potencial de sérios problemas de direitos humanos. Embora caiba à Justiça arbitrar os inevitáveis conflitos entre índios e ocupantes de terras indígenas, a morosidade da Justiça (que afeta mais aos índios, prejudicados pelo statu quo) e a magnitude do problema exigiria uma política consciente e ativa do governo. Infelizmente, acredito que Gleisi esteja tentando varrer tudo isso para baixo do tapete ao responsabilizar a Funai por todos os problemas, e isso para se cacifar com os produtores rurais de seu próprio estado, onde tem aspirações eleitorais. A se ver.